



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB**  
**CEDUC – DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES**  
**LICENCIATURA ESPECÍFICA EM LÍNGUA ESPANHOLA**

**POLLYANNA ALVES PEQUENO DUARTE**

**O ESPANHOL NO BRASIL: “PROBLEMAS E PERSPECTIVAS”**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2013**

POLLYANNA ALVES PEQUENO DUARTE

**O ESPANHOL NO BRASIL: “PROBLEMAS E PERSPECTIVAS”**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Língua Espanhola da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial para obtenção do título de graduada.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Thays Keylla de Albuquerque.

CAMPINA GRANDE – PB

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

D812e

Duarte, Pollyanna Alves Pequeno.

O espanhol no Brasil [manuscrito]: "problemas e perspectivas". / Pollyanna Alves Pequeno Duarte. –2013. 25 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras, com habilitação em Língua Espanhola) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2013.

“Orientação: Profa. Me. Thays Keylla de Albuquerque  
Título do orientador: Mestre, Departamento de Letras”.

1. Língua Espanhola 2. Ensino de Língua Espanhola 3. Língua Espanhola no Brasil – Currículo I.. Título.

21. ed. CDD 460

POLLYANNA ALVES PEQUENO DUARTE

**O ESPANHOL NO BRASIL: "PROBLEMAS E PERSPECTIVAS"**

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

**Prof.(a): Thays Keylla de Albuquerque (UEPB)**  
**Orientador (a)**

**Examinadores**



---

**Gustavo Castellón Agudelo**



---

**Roberta Rosa Portugal**

Média Final 8,5

Dedico esse trabalho ao meu Senhor Superior “Deus”, ao qual agradeço as boas novas que Ele faz em minha vida a cada momento e por ter me concedido a audácia e a vigor superar tantos obstáculos.

## AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Thays Albuquerque, pelo incentivo, simpatia e presteza no auxílio as atividades e discussões sobre o andamento e normatização desta monografia de conclusão de curso.

Aos demais professores, pela dedicação e compromisso ao longo do curso de Licenciatura em Língua Espanhola.

Especialmente à minha família, minha mãe Josileide Alves Pequeno, meu avô Emidio Alves Pequeno (*In memoriam*), minha avó Josefa Maria Alves e ao meu marido Caudy Pereira Leite, pela paciência e por ter me dado força e encorajamento nas minhas horas mais difíceis.

Aos amigos que de uma forma ou outra me ajudaram na realização dessa conquista e, principalmente, a Deus pelo privilégio de me conceder um dos dons mais lindo de nossas vidas: a sabedoria.

“Educação é aquilo que a maior parte das pessoas recebe, muitos transmitem e poucos possuem”. (Karl Kraus)

## RESUMO

Este artigo objetiva, através de pesquisa bibliográfica, fazer uma abordagem acerca do tema “O Espanhol no Brasil: problemas e perspectivas”, visando apresentar uma análise sobre a questão do ensino de espanhol no cenário atual brasileiro. Para isso, desenvolveremos considerações desde o período da colonização, quando o idioma espanhol foi conduzido para as Américas, representando o grande momento de expansão do Império Espanhol até os dias de hoje, em que a língua castelhana conta com mais de 400 milhões de falantes nativos e se destaca como a segunda língua estrangeira universal. Essa realidade faz com que a implementação do ensino-aprendizagem dessa língua seja fundamental no currículo das escolas brasileiras. Este trabalho se debruça sobre as questões relativas à implementação do espanhol nas escolas públicas brasileiras em seus desafios e em suas possibilidades.

**Palavras-chave:** Ensino de ELE; Implementação da Lei 11.161; Espanhol no Brasil.

## RESUMEN

Este artículo pretende, a través de una revisión de la literatura, hacer una aproximación sobre el tema "El español en Brasil: dificultades y perspectivas", con el objetivo de proporcionar un análisis sobre la cuestión de la enseñanza de español en el escenario actual de Brasil. Para ello, desarrollaremos las consideraciones de la época de la colonización, cuando el idioma español llegó a América, lo que representa el gran momento de expansión del imperio español hasta la actualidad, donde el idioma español tiene más de 400 millones de hablantes nativos y se sitúa como segunda lengua universal. Esta realidad hace que la implementación de la enseñanza-aprendizaje de esta lengua sea fundamental en el plan de estudios de las escuelas brasileñas. Esta investigación trata exactamente sobre las cuestiones referentes a la implementación del español en las escuelas públicas en sus desafíos y posibilidades.

Palabras clave: Enseñanza de ELE, Implementación de la Ley 11.161; Español en Brasil.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. A HISTÓRIA DO ESPANHOL NO BRASIL.....	11
1.1 A LÍNGUA DESDE A COLONIZAÇÃO.....	11
1.2 AS FRONTEIRAS – BRASIL: UM PAÍS COM IRMÃOS HISPÂNICOS.....	12
1.3 OS IMIGRANTES E A SITUAÇÃO DO ESPANHOL NO BRASIL .....	13
1.4 LÍNGUAS PRÓXIMAS: PORTUGUÊS-ESPANHOL .....	14
2. O ESPANHOL NO CONTEXTO EDUCATIVO.....	16
2.1 PRIMÓRDIOS DO ENSINO DE ESPANHOL NO BRASIL .....	16
2.2 AS LEIS .....	16
2.3 SEGUNDO OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.....	18
2.4 A IMPLEMENTAÇÃO DO ESPANHOL NO BRASIL .....	20
3 ENTRAVES PARA O FUNCIONAMENTO DAS LEIS E UMA BOA QUALIDADE DO ENSINO .....	21
3.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	21
3.2 O QUE É PRECISO MUDAR?.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	27

## INTRODUÇÃO

Este trabalho discorre sobre o tema “O Espanhol no Brasil: problemas e perspectivas”, com o objetivo de apresentar uma análise sobre a questão do ensino de espanhol no cenário atual brasileiro. Para isso, desenvolveremos considerações desde o período da colonização, quando o idioma espanhol foi conduzido para as Américas, representando o grande momento de expansão do império espanhol até os dias de hoje, em que a língua castelhana conta com mais de 400 milhões de falantes nativos e se destaca como a segunda língua estrangeira universal. Essa realidade faz com que a implementação do ensino-aprendizagem dessa língua seja fundamental no currículo das escolas brasileiras.

Para desenvolver nossa análise, iniciaremos traçando um panorama da história do espanhol no Brasil, desde a época da colonização em nosso país, em meados do século XVI, quando os espanhóis participaram de expedições de reconhecimento e exploração das terras brasileiras, principalmente, no extremo-sul, destacando-se as cidades de São Paulo e o Rio Grande do Sul. Abordaremos, ainda, pontos como: as fronteiras com a América Hispânica, visando, assim, refletir sobre o contato com os nossos vizinhos hispanofalantes.

Em seguida, será destacado o espanhol no contexto educativo, focalizando, dessa forma, o início do ensino do espanhol no Brasil a partir de suas leis e sua implementação nas escolas. Neste momento, o foco de estudo será a história do ensino do espanhol no Brasil desde princípios do século XX, em sua relação com o estreitamento cultural dos brasileiros com a América Latina e exatamente por isso sendo proibido em tempos de ditadura.

Por fim, será focalizado o espanhol como uma língua pluricultural, pois a cada dia está se tornando cada vez mais imprescindível no mundo globalizado que faz com que o domínio dessa língua estrangeira se torne algo fundamental nos tempos atuais pela necessidade de comunicação, sendo conhecida como uma língua para ser usada em diferentes contextos sociocomunicativos, como: viagens, negócios, estudos, músicas e leituras.

No caso brasileiro, a implementação do espanhol se tornou uma questão evidente a partir do MERCOSUL e do estreitamento de acordos econômicos com a Espanha. Recentemente a disciplina língua espanhola passou a ser uma disciplina obrigatória no Ensino Médio, o que justifica a presente abordagem para uma discussão acerca da situação atual deste idioma, assim como analisar as dificuldades enfrentadas em sua implementação na grade curricular do Ensino Médio e discutir as medidas para sanar tais problemas.

Em síntese, temos como objetivo fazer uma abordagem histórica acerca da introdução da língua espanhola em terras brasileiras; identificar a situação atual e os entraves enfrentados no ensino do idioma no Brasil; além de analisar as possíveis mudanças estruturais e didático-metológicas para o sucesso do ensino do espanhol nas escolas brasileiras.

## **1. A HISTÓRIA DO ESPANHOL NO BRASIL**

### **1.1 A LÍNGUA DESDE A COLONIZAÇÃO**

Segundo Fernández (2005), quando relata sobre “El español en Brasil”, no ano de 1500, com a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, houve um grande conflito com os espanhóis que já se organizavam em muitas regiões americanas. Então, por causa dessas discussões entre ambas as partes, firmaram-se o Tratado de Tordesilhas, que foi um tratado celebrado entre o Reino de Portugal e o Reino da Espanha para dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas fora da Europa. Este tratado surgiu na sequência da contestação portuguesa às pretensões da Coroa espanhola resultantes da viagem de Cristóvão Colombo, que ano e meio antes chegara ao chamado Novo Mundo. No entanto, o Tratado de Tordesilhas serviu como base para as negociações entre Portugal e Espanha quando da negociação das Molucas e Filipinas, originalmente situadas na órbita portuguesa, consideradas castelhanas, em troca das pretensões portuguesas sobre a bacia do rio da Prata, no Brasil.

Ainda de acordo com Fernández (2005), durante o período colonial no Brasil, em meados do século XVI, os espanhóis seguiram expedições de reconhecimento e exploração do Brasil, de tal maneira que Martim Afonso de Sousa se depara com vários soldados espanhóis em sua expedição de 1531-1532 à colônia. A partir daí percebemos que a importante presença espanhola no Brasil foi histórica e demograficamente densa no extremo-sul, especialmente no Pampa, uma região de fronteira que se relaciona ao Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, em que tiveram grande força na presença espanhola, onde se focaliza o perfil português-castelhano-indígena.

Posteriormente, o referido autor diz que houve o período da União Ibérica, de 1580 a 1640, em que vários espanhóis saíram de seu país de origem para se mudarem para o Brasil, estabelecendo-se especialmente na cidade de São Paulo, onde se acostumaram com as

características culturais daquela sociedade. Muitos casaram-se com mulheres indígenas, o que era corriqueiro naquela época. Porém, os espanhóis foram atraídos para o Brasil através de uma mídia ilusória feita pelos “ganchos”, nome usado para se referir aos agentes que viajavam pela Espanha apresentando uma representação positiva do Brasil com o objetivo de atrair imigrantes.

## **1.2 AS FRONTEIRAS – BRASIL: UM PAÍS COM IRMÃOS HISPÂNICOS**

Localizado no centro-oriental do continente sul-americano e banhado a leste pelo oceano Atlântico, o Brasil possui 23.086 km de fronteiras, sendo 7.367 km marítimas e 15.719 km terrestres. A fronteira com o oceano Atlântico estende-se da foz do rio Oiapoque, ao norte, na divisa do Amapá com a Guiana Francesa, até o arroio Chuí, ao sul, no limite do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Com exceção do Chile e do Equador, todos os países da América do Sul fazem fronteira com o Brasil. Toda essa fronteira tem a participação da polícia federal, responsável pela vigilância, fazendo assim atribuições à fiscalização de entrada e saída de pessoas no país, o controle dos meios de transporte que fazem o tráfego internacional, a investigação e o combate dos crimes nacionais ou transnacionais que ocorram ou tenham início na faixa de fronteira: o tráfico de drogas, de armas, de mulheres e crianças; furtos e roubos de veículos; crimes contra a fauna e a flora, como a exploração ilegal de madeira e a biopirataria<sup>1</sup>.

Quando se fala das fronteiras do Brasil, não se pode esquecer de que o mesmo está rodeado de territórios hispano-falantes. Segundo Moreno Fernández e Otero (1998), o Brasil tem um ponto linguístico muito forte, pois mesmo o português sendo sua língua oficial, ele possui a presença de outras manifestações linguísticas não somente indígenas mais também do espanhol através de suas fronteiras de norte a sul em que se destacam os países hispânicos: Argentina, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Uruguai, com exceção da Guiana, do Suriname e da Guiana Francesa.

Um dos principais motivos pelos quais devemos aprender a língua dos nossos vizinhos hispano-falantes é o fato de a que indústria turística brasileira atualmente está crescendo cada vez mais com o aumento da entrada de turistas vindos destes países, em especial a Argentina, que são atraídos pelo nosso imenso ecossistema e pela nossa região de praias. O turismo, portanto, é uma fonte geradora de renda e empregos, e o mercado está à

---

<sup>1</sup>Para mais informações sobre esta questão, acessar: *Fronteiras do Brasil*. Disponível em: <http://www.algosobre.com.br/geografia/fronteiras-do-brasil.html> - Acesso: 10 de fev./2012.

procura principalmente de profissionais treinados na língua espanhola para atender adequadamente os visitantes, principalmente nas áreas de hotelaria e entretenimento em que se destacam profissões como: garçons, recepcionista, caixas, telefonistas, agentes de viagem e motorista.

### **1.3 OS IMIGRANTES E A SITUAÇÃO DO ESPANHOL NO BRASIL**

Os primórdios da imigração espanhola no Brasil é tratada com obscuridade, ou seja, um pouco desconhecida pela historiografia brasileira. A partir do século XIX, intensificou-se o movimento migratório espanhol. Sabe-se que, em condições precárias, os imigrantes espanhóis seguiram viagem para o Brasil, induzidos e acreditando que estavam indo para a Argentina, que na época era o recebedor de imigrantes da Espanha, além de ser o país preferido de muitos estrangeiros, pois de lá muitos imigrantes, cientes de que não havia boas perspectivas de condições de vida, mudavam-se para o Brasil.

Em terras brasileiras, por volta do ano de 1900, já existiam vários grupos de imigrantes, especialmente os espanhóis, que figuravam como o terceiro maior grupo de imigrantes recebidos pelo Brasil, perdendo apenas para os italianos e os portugueses (KLAUMAN, 2010).

Os brasileiros não demonstravam boa receptividade com os estrangeiros e, além disso, as condições de trabalho eram precárias, com remunerações baixas. Sendo assim, alguns espanhóis preferiram trabalhar nos campos, enquanto outros tinham preferência pela cidade para trabalhar nas indústrias como operários para, assim, manter melhores salários e ter uma boa condição de vida.

Posteriormente, o número de espanhóis cresceu bastante na cidade de São Paulo, ultrapassando assim o número de portugueses, ficando atrás apenas dos italianos. Porém, alguns historiadores, assim como Klauman (2010), destacam que os espanhóis formavam um grupo misterioso e “oculto” que se destacava entre os “imigrantes mais pobres” do Brasil, pois apresentavam acentuado grau de analfabetismo, superando outros imigrantes.

De acordo com Bugel (1999, p. 71-87), por esse motivo houve uma grande mudança na étnica da cidade durante os anos de 1886-1890, em que os estrangeiros já representavam 54,7% da população paulista, todos a procura de emprego para garantir sua sobrevivência, pois a maioria dos imigrantes viviam em estado de miséria e eram

considerados pelos nativos como “vagabundos”, já que muitos deles estavam envolvidos em crimes e delitos.

Segundo Cánovas (2010), muitos imigrantes, desiludidos com o Brasil, tinham receio de voltar para a sua terra natal, pois se sentiam humilhados ao retornar mais pobres do que saíram. Mas, nos anos de 1887 a 1914, os espanhóis deixaram oficialmente o estado de São Paulo e se espalharam por outros pontos do mundo como, por exemplo, a maioria voltou para a Espanha, outra grande parte foi para a Argentina ou para o Uruguai, uma minoria foi para os Estados Unidos e poucos ficaram no Brasil.

Portanto, não se pode generalizar, pois alguns espanhóis, a partir dos seus esforços, portanto, não se pode generalizar, no campo e empregavam em pequenos negócios na sociedade. Outros também se dedicavam à indústria e daí conseguiram sair da pobreza e, assim, alcançaram uma vida social estável. A partir daí casavam-se, tinham filhos nascidos no Brasil, ou seja, a família crescia e eles conseguiam obter capital para sustentá-la dentro do país que os abrigou. Isso fez com que muitos espanhóis não quisessem voltar para sua terra natal.

A imigração espanhola no Brasil destaca-se por ter sido um movimento migratório familiar no ano de 1890, pois suspeitas apontam que o governo brasileiro dava para os imigrantes e suas famílias passagens de navio. Segundo Boris, (1999), nessa época tanto havia um grande número de crianças espanholas como também grandes taxas de índice de analfabetismo. Então, todo esse argumento dos espanhóis virem para o Brasil à procura de uma vida nova foram apenas seduzidos pelos “ganchos” que tinham como finalidade fazer propaganda do Brasil, conseguindo assim que os espanhóis emigrassem para futuramente tentar explorá-los. Por conta de tudo isso, no ano de 1924, a lei de emigração estabeleceu pena de prisão para quem estivesse envolvido com agências de emigração, com recrutamento, propaganda e expedição de passagens ou reservas de viagem.

#### **1.4 LÍNGUAS PRÓXIMAS: PORTUGUÊS-ESPAANHOL**

João Sedycias (2005, p.39) focaliza o tema: “O português e o espanhol são línguas irmãs”. Nesse ponto de vista, pode-se observar que essas duas línguas têm um ponto em comum, pois são derivadas da mesma língua, o latim vulgar. Lembra o referido autor que não se deve esquecer dos estudos linguísticos, fonéticos e fonológicos, pois é mais fácil um brasileiro aprender espanhol do que um hispano-falante aprender português devido ao fato de

que o português têm mais sons vocálicos do que o espanhol, gerando problemas especiais para o hispano-falante aprender a língua portuguesa.

Masip (2003) diz que nossos idiomas possuem um perfil linguístico semelhante, porque têm uma mesma origem latina e influências parecidas de línguas germânicas, especialmente do gótico e do árabe. O desafio consiste em detectar suas semelhanças e diferenças e descobrir, logo a seguir, a raiz de cada uma delas. O referido autor enfatiza ainda que, para sermos exatos, português e espanhol não são idiomas, estritamente falando, mas duas variantes dialetais do latim, que, por sua vez, pertence ao grupo latino-falisco, proveniente do tronco indo-europeu por meio do itálico.

Segundo Fernandez (1997), o léxico representa uma das dificuldades mais relevantes na aquisição de uma língua estrangeira, já que informa que vários autores ressaltam que tanto o ensino do vocabulário como as estruturas gramaticais devem ser priorizados na preparação de cursos, tanto pra português como para o espanhol.

## **2. O ESPANHOL NO CONTEXTO EDUCATIVO**

### **2.1 PRIMÓRDIOS DO ENSINO DE ESPANHOL NO BRASIL**

Em se tratando da língua espanhola, sua influência no sistema educacional oficial brasileiro remonta os últimos cento e vinte anos – desconsiderando-se a atuação dos jesuítas na alfabetização em português e espanhol nos séculos XVI e XVII. Segundo Fernández (2005), durante o período de 1888 a 1930, mais de quatro milhões de imigrantes espanhóis ocuparam as terras das regiões Sul e Sudeste em consequência das graves crises econômicas que acometiam a Espanha desde meados do século XIX. Tal ocupação intensa expressou mais fortemente a sua cultura, mas não a língua, que cedia lugar, no ensino das línguas vivas estrangeiras, ao francês, ao inglês e ao alemão.

Para Bohn (2003), durante o período de 1940 a 1960 no Brasil, três línguas estrangeiras modernas eram ensinadas na escola: inglês, Francês e espanhol além do latim. Esse ensino se dava a partir dos 11 anos de idade, de forma que a aprendizagem de uma língua estrangeira era seriamente avaliada. Os alunos conseguiam altos padrões de rendimento, principalmente na área da habilidade de leitura. Obviamente que apenas uns poucos alunos tinham acesso a esse tipo de educação.

## 2.2 AS LEIS

De acordo com Machado (2007), em 1940 outra reforma do ensino, implementada pelo ministro Gustavo Capanema, destacando a importância das línguas clássicas e modernas, destinou 35 horas semanais ao ensino instrumental dos seguintes idiomas: latim, francês e inglês, no então atual Ensino Fundamental; assim como, francês, inglês e, pela primeira vez, espanhol, no Ensino Médio. Essa medida vigorou por mais de vinte anos, mas esbarrou em alterações sequenciais, perdendo em seguida sua efetividade.

O referido autor informa ainda que foi em 1956, que o então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) pede ao Congresso Nacional a elaboração de um projeto de lei incluindo o Espanhol na grade curricular do ensino brasileiro. Assim, em 1958 o primeiro texto foi rejeitado devido às interferências político-culturais da Inglaterra e da França, nações culturalmente hegemônicas em referida época.

Desse modo, de acordo com o próprio levantamento feito pela Câmara dos Deputados em 2005, os quinze projetos de lei que tramitaram pelo Congresso Nacional durante o período de 1958 a 2001 foram rejeitados, em face de problemas diversos para implementação da lei, escassez de recursos humanos e didáticos, além das pressões de lobistas americanos, italianos e franceses, que serviram como obstáculos para inviabilizar os projetos (GUELLI, 2005).

Ainda colaborando com os impedimentos para se efetivar o espanhol na grade curricular, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, de 1961 “retira a obrigatoriedade do ensino de língua estrangeira nos ensinos fundamental e médio, deixando a cargo dos estados a opção pela sua inclusão nos currículos” (MACHADO et al, 2007). Tal fato contribuiu para que a opção pelo espanhol continuasse limitada aos estados da região Sul e que fazem fronteiras com os países hispanofalantes.

Outro texto com o mesmo propósito foi apresentado aos parlamentares em 2003 e, como já previsto, mais uma vez foi declarado inconstitucional, já que impunha a obrigatoriedade do ensino do espanhol aos alunos do Ensino Médio em aulas fora da jornada escolar. Só após a reescrita do primeiro artigo, no qual, definitivamente, impõe a obrigatoriedade de oferecimento do espanhol às instituições de ensino, mas a liberdade aos alunos de optar por esse ensino dentro da carga horária normal de aulas. Foi que, finalmente, é instituída a língua espanhola como parte obrigatória do currículo.

Dessa forma, a título de ilustração, transcrevemos o texto da Lei nº. 11.161, de 05 de agosto de 2005, o qual institui o ensino da língua espanhola, de forma facultativa nas escolas brasileiras de ensino médio:

Art. 1º O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio.

§ 1º O processo de implantação deverá estar concluído no prazo de cinco anos, a partir da implantação desta Lei.

§ 2º É facultada a inclusão da língua espanhola nos currículos plenos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries.

Art. 2º A oferta da língua espanhola pelas redes públicas de ensino deverá ser feita no horário regular de aula dos alunos.

Art. 3º Os sistemas públicos de ensino implantarão Centros de Ensino de Língua Estrangeira, cuja programação incluirá, necessariamente, a oferta de língua espanhola.

Art. 4º A rede privada poderá tornar disponível esta oferta por meio de diferentes estratégias que incluam desde aulas convencionais no horário normal dos alunos até a matrícula em cursos e Centro de Estudos de Língua Moderna.

Art. 5º Os Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal emitirão as normas necessárias à execução desta Lei, de acordo com as condições e peculiaridades de cada unidade federada.

Art. 6º A União, no âmbito da política nacional de educação, estimulará e apoiará os sistemas estaduais e do Distrito Federal na execução desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 5 de agosto de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
*Fernando Haddad*

## **2.3 SEGUNDO OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**

As línguas estrangeiras modernas possuem grande destaque atualmente, em face ao intenso processo de globalização, sendo considerada uma matéria tão importante como qualquer outra diante da formação escolar e profissional de uma pessoa. Porém, o estudo de línguas estrangeiras não foi tão destacado durante muito tempo, tendo em vista o reduzido número de horas/aula, a carência dos professores, além de alguns não possuírem preparo necessário para a docência da disciplina, entre outros problemas.

No passado, as línguas estrangeiras eram estudadas de maneira insatisfatória, pois se destacava apenas as formas gramaticais, a memorização de regras em que davam mais prioridade a escrita e não a fala, ou seja, sendo utilizado de forma descontextualizada, o que não fornecia os vínculos necessários para um bom aprendizado da língua estudada.

O ensino de Língua Estrangeira, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais aumentam a auto percepção do aprendiz, que interage com o mundo social que, além de considerar as habilidades comunicativas, absorve também o pluralismo linguístico e as suas condições pragmáticas que atingem três fatores para orientar a inclusão de uma determinada língua estrangeira no currículo: fatores relativos à história, às comunidades locais e à tradição (BRASIL, 1998). Portanto, os PCNs de Língua Estrangeira enfocando aspecto sócio-interacional da linguagem e da aprendizagem, sem esquecer seus processos cognitivos que promovem uma interação entre um aluno e um parceiro mais competente em caráter assimétrico.

Podemos observar que a maioria das propostas para o ensino dessa disciplina reflete o interesse pelo ensino da leitura, visto que ensinar uma língua estrangeira é essencial a uma compreensão teórica do que é a linguagem, tanto do ponto de vista dos conhecimentos necessários quanto para usá-la em relação ao uso que fazem desses conhecimentos para construir significados no mundo social.

Em síntese, podemos dizer que a aprendizagem de uma Língua Estrangeira aumenta o conhecimento sobre a linguagem que o aluno construiu de sua língua materna, por meio de comparações com a língua estrangeira em vários níveis e também torna possível que o aluno se envolva nos processos de construção de significados no uso de uma língua estrangeira.

Sabemos que o ensino de Língua Estrangeira tem que explorar os aspectos metacognitivos da aprendizagem, além de ajudar na educação linguística do aluno, aumentando sua consciência do fenômeno linguístico, aprimorando o seu nível de letramento e desenvolvimento de habilidades comunicativas: ler, ouvir, escrever e falar (BRASIL, 1998).

Atualmente, o caráter formativo de uma língua estrangeira ganha muito relevo, conforme salientam os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira:

[...] objetiva-se restaurar o papel da Língua Estrangeira na formação educacional. A aprendizagem de uma língua estrangeira, juntamente com a língua materna é um direito de todo cidadão, conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases e na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, publicada pelo Centro Internacional Escarré para Minorias Étnicas e Nações (Ciemen) e pelo PEN-Club Internacional. Sendo assim, a escola não pode mais se omitir em relação a essa aprendizagem (1998. p. 19).

Contudo, Almeida Filho (2008), quando relata sobre as dimensões comunicativas no ensino de línguas, destaca que devemos observar que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras não promovem um bom aprendizado em língua estrangeira como deveria ser e apresenta vários obstáculos, dentre eles estão incluídos: a carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido a giz e livro didático. Também é muito importante que haja na sala de aula o envolvimento com aspectos lúdicos, aumentando a vinculação afetiva com a aprendizagem, fazendo com que aumente a consciência linguística do aluno, além de dar um caráter prazeroso à aprendizagem.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de língua estrangeira examinam o processo de ensino e os objetivos que a escola propõe, além de focar no educando, para que o mesmo interaja e adquira influência no idioma ensinado. Nesse sentido, Bassetti (2006, p. 28) comenta que: “Ao longo da história de ensino de línguas, muitas abordagens e métodos vêm sendo desenvolvidos e utilizados, alguns conseguindo maior destaque que os outros”.

A partir dessa posição é preciso que o professor de idiomas tenha bastante cuidado para poder atingir as perspectivas do aluno e para isso é preciso algum tipo de abordagem que auxilie ao professor a trabalhar buscando outras metodologias para que ocorra uma aprendizagem mais satisfatória.

## **2.4 A IMPLEMENTAÇÃO DO ESPANHOL NO BRASIL**

Conforme Montañez (2012), com a Lei Federal nº. 11.161 de 05 de Agosto de 2005, sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva no ano de 2005, tornou a oferta de ensino de espanhol obrigatório, em horário regular, tanto em escolas públicas quanto privadas de Ensino Médio. No entanto, conforme mencionado anteriormente, para os alunos o curso é optativo, mediante a escolha de outra língua obrigatória. Baseado nesta determinação legal, obviamente as escolas de todo o País deverão passar por um período de reformulação curricular e contratação de professores, de modo que as escolas têm que se adequar a esta nova exigência educacional.

### **3 ENTRAVES PARA O FUNCIONAMENTO DAS LEIS E UMA BOA QUALIDADE DO ENSINO**

#### **3.1 FORMAÇÕES DE PROFESSORES**

Antigamente, eram poucas as universidades brasileiras que possuem cursos de Letras com habilitação em espanhol. Assim, conforme salientam Kulikowski e González (1999), grande parte dos professores de espanhol no Brasil eram nativos desse idioma ou brasileiros que residiram em algum país cuja língua oficial é o espanhol, sobretudo a Espanha, ou também, professores brasileiros que estudaram espanhol em escolas de línguas e que possuíam diplomas de proficiência linguística.

Os referidos autores enfatizam ainda que, quer o professor seja um falante nativo ou um cidadão brasileiro, não parecia ser importante uma formação universitária específica para atuar na área, uma vez que não era incomum encontrarmos professores de espanhol com apenas diploma de segundo grau. Os supracitados autores, ao discutirem a questão da implementação do espanhol no Brasil, apontaram que, como faltavam profissionais preparados, “nessa situação de emergência, a escola aceitava falantes nativos sem formação específica, estudantes e até principiantes com formação precária”.

Atualmente as universidades brasileiras estariam ou poderiam estar preparadas para suprir a demanda de novos professores de espanhol, pois, hoje, segundo o Cadastro das Instituições de Educação Superior – MEC (2009), há cerca de 367 Cursos de Espanhol nas universidades brasileiras, porém, a distribuição territorial acontece de forma desigual, onde a grande maioria (71,92%) desses cursos figuram nas instituições dos estados da Região Sul e Sudeste, já que foi apresentado aos parlamentares desde 2003 e, como já previsto, mais uma vez em 2005, foi declarado inconstitucional, a obrigatoriedade do ensino do espanhol nas escolas brasileiras.

Dessa forma, a realidade do ensino do Espanhol no Brasil apresenta-se difícil e contraditória no que diz respeito à formação e qualificação dos professores e às condições de trabalho. Apenas 22,2% dos professores do Ensino Fundamental e 11,7% do Ensino Médio possuem graduação em Letras/Espanhol ou outro curso que os habilite para o ensino da Língua Espanhola, embora muitos desses professores nem apresentem a competência linguística necessária, tampouco a formação adequada para exercer o ensino da língua.

Com o intuito de sanar o problema do atual déficit de docentes, o ministro da Educação, Fernando Haddad assinou, quatro anos após a aprovação da Lei, acordo com o

Instituto Cervantes, da Espanha, para formação de professores de espanhol, que vão ensinar o idioma nas escolas públicas brasileiras. Tal fato veio gerar ainda mais entraves à implementação da Lei Federal nº. 11.161, pois com isso o próprio MEC passou a desacreditar do trabalho de docentes que há tempos dedicam-se à formação de professores de espanhol nas Universidades brasileiras.

Dessa forma, ressalta Castela (2009, p. 47) que, sem dúvida, a efetiva implementação da Lei requer cursos de formação que capacitem os futuros profissionais.

Entretanto, é de se estranhar que o MEC não tenha dado prioridade em estabelecer parcerias com aqueles que já há muito tempo têm colaborado para a consolidação do ensino do espanhol no Brasil, como as instituições de ensino superior e as associações de professores de língua espanhola.

Ainda para a supracitada autora (2009, p. 72):

(...) os documentos norteadores do MEC para o ensino de espanhol como língua estrangeira ressaltam a importância do ensino de espanhol que atenda as particularidades e necessidades dos aprendizes brasileiros, o que não deveria ser responsabilidade exclusiva de uma instituição estrangeira. A carga horária destinada a sua formação e as disciplinas que cursarão para tanto, bem como o estágio supervisionado da prática de ensino são fatores fundamentais nesse processo. Além disso, se não há espaço para pesquisa e extensão, pilares tão valorizados por todos os órgãos de fomento do país e pelo MEC, o perfil docente a ser construído será muito diferente do das instituições de nível superior brasileiras.

Pois, ainda, ao considerarmos que a formação de professores é atribuição das instituições de ensino superior, como preconiza o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quando diz que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação”, o Instituto Cervantes, portanto, não atende a essa exigência. Assim, diante dessa medida, compromete consideravelmente a qualidade da formação dos docentes a serem formados de modo apartado das instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC.

Bordas (1991) nos informa acerca da situação preocupante do ensino de espanhol no Brasil afirmando que “há professores de espanhol que imaginam, de forma ingênua, que ensinar espanhol é começar a falar o idioma e a trabalhar sua gramática e seus textos e ponto final”. Isso quer dizer que, por não possuir formação específica, o professor de espanhol tende, evidentemente, apenas a reproduzir, ou seja, seguir o modelo de ensino que acredita ser o correto, oriundo de suas experiências anteriores de aprendizagem. Enfatiza o referido autor

que tais experiências são, quase sempre, fundadas meramente em abordagens “gramaticalistas”.

Como esse tipo de abordagem baseia-se em uma concepção de educação bancária, Freire (1982), salienta que o professor de espanhol deixa ao aluno o papel de receptor passivo do conhecimento e que, decorrência da falta de formação específica, ocorre que muitos professores de espanhol no Brasil acabam por centrar sua prática pedagógica exclusivamente no livro didático, o qual é geralmente imposto. Além disso, completa o autor que, os manuais de espanhol como LE existentes no mercado também seguem uma orientação estruturalista, de forma que o professor segue a tendência de se tornar mero reproduzidor de conhecimentos prontos. Desse modo, ficando a língua desprovida de todo o seu caráter social, político ou cultural, conforme colocam Busnardo e Braga (1987), em suas análises acerca do mesmo problema encontrado em relação ao ensino da língua inglesa em terras brasileiras.

Sendo assim, conclui Britzman (1986) que, sem uma formação adequada, a grande maioria dos professores apenas reproduz práticas autoritárias de ensino. Isso faz com que tais profissionais se tornem técnicos, desprovidos de visão pedagógica crítica e, sendo assim, é comum em suas respectivas práticas a imposição de um discurso hegemônico, considerado padrão. Tal fato se constitui numa forma de mutilação cultural, pois descarta toda uma comparação crítica para o entendimento da língua e cultura da LE, conforme colocam Busnardo e Braga (1987).

### **3.2 O QUE É PRECISO MUDAR?**

Espera-se que, de acordo com Bordas (1991) os linguistas aplicados voltem os olhares para aspectos outros do ensino e aprendizagem da língua espanhola em nosso país. Além dos estudos meramente comparativos entre português/espanhol ou metodológicos, já bastante explorados, seriam necessárias investigações acerca, por exemplo, das questões indenitárias dos sujeitos envolvidos no complexo processo de ensino/aprendizagem da LE em questão. Assim, completa o referido autor, “haveria espaço para problematizar, questionar e não apenas reforçar, ingenuamente, o mito do espanhol fácil e buscar soluções e receitas *à la carte* para satisfazer o ego de professores e alunos ávidos pelo desejo de completude da língua do outro”.

Dentre algumas das medidas propostas, podemos destacar, segundo Perrenoud (1999, p. 24), ampliação no ensino superior da oferta de cursos, com vistas à formação inicial de

docente, de modo a cobrir o déficit de 200 mil professores. Além disso, a formação continuada, bem como os cursos de formação à distância, deve ser aplicada apenas aos profissionais que já apresentem formação inicial na área de língua espanhola, por meio de cursos de pós-graduação *latos* e *stricto sensu*, já que tais programas de formação continuada e ensino à distância possam parecer “uma alavanca de transformação mais fácil de acionar em curto prazo” (PERRENOUD, 1999, p. 24). No entanto, é surreal a capacitação de professores com programas de apenas 30 horas-aula para a docência em espanhol já que, como corrobora Perrenoud (1999) a formação continuada não pode sozinha, transformar as competências do corpo docente.

Outra medida para se mudar o modo de pensar o ensino da Língua Espanhola no Brasil e despertar pré-universitários para a Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Espanhola pode ser encontrada na divulgação e ampliação de cursos de idiomas em forma de extensão, oferecido pelas próprias universidades, com turmas de poucos alunos, material didático acessível e aberto ao público em geral, uma vez que o ensino de língua estrangeira nas escolas é visto em segundo plano muitas vezes por haver turmas lotadas de alunos, faltarem material didático competente, baixo número de aulas semanais e o foco dessa aprendizagem centrar-se apenas na gramática. No entanto, o ensino de espanhol, no ensino regular, ainda tem muito a avançar, em termos de docentes qualificados, equipamentos, laboratórios e tecnologias educacionais, pois o cumprimento da legislação já estabelecida não se encontra satisfatoriamente atingido.

Podemos citar ainda a aplicabilidade dessa aprendizagem que pode ser cobrada tanto dentro quanto fora da escola utilizando-se, por exemplo, placas de sinalizações contendo, além do português, o espanhol, divulgação da literatura espanhola em textos originais, além de se iniciar o ensino de LE já no ensino fundamental.

Assim sendo, é preciso se pensar em formas de mudar a visão do ensino de Língua Espanhola a partir de práticas que incentivem os alunos a ter um conhecimento aceitável dessa língua que é tão difundida em nosso país, mas que nem sempre é valorizada por brasileiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dominar a Língua espanhola no Brasil é de fundamental importância, dado o fenômeno da globalização que eliminou as fronteiras dos países sul-americanos a partir de acordos econômicos. Isso nos levou a ver como algo comum à presença de estrangeiros, principalmente da América do Sul, em nossas terras brasileiras, mais especificamente em cidades turísticas.

Entretanto, quando analisamos o quadro evolutivo da presença do espanhol como Língua Estrangeira na educação básica em território brasileiro, percebemos as suas várias faces ao longo da história.

Dessa forma, concluímos que a escolha do ensino de Língua Estrangeira sempre esteve associada a fatores diversos, de ordem econômica, cultural e política, quando na verdade a oferta de um idioma estrangeiro deveria estar pautada também em sua comunicação real, isso porque os variados elementos que a compõem estão presentes, dando respaldo a essa aprendizagem.

Portanto, diante de todo o conteúdo exposto, percebe-se que muito ainda há para ser discutido e planejado no que diz respeito ao ensino de LE, em especial o espanhol, na educação básica brasileira, pois o ensino de Espanhol e Língua Estrangeira no Brasil deve adquirir um caráter muito mais amplo do que meramente um veículo de comunicação nas transações comerciais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas.** Métodos comunicativos do ensino de línguas. p. 25. (5ª Edição) Campinas - SP. Pontes Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. José Carlos Paes de. **Linguística Aplicada** – Ensino de Língua e Comunicação – Campinas, SP: Pontes. Editores e Arte Língua, 2ª edição, 2007.

ALVES, Ieda Maria. **Neologismo: criação lexical.** São Paulo: Ática, 1990. Pag. 95 (Princípios) – 2ª edição.

BOHN, Hilário I. **The educational role and status of English in Brazil.** World Englishes, v. 22, n. 2, p. 159-172, 2003.

BORIS, Fausto. **Fazer a América: a Imigração em Massa para a América Latina.** São Paulo: Edusp, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais, códigos e suas tecnologias.** Língua estrangeira moderna. Brasília: MEC, 1999. pp 49-63.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – Língua Estrangeira. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1998.

BUZATO, Marcelo El Khouri. **O letramento eletrônico e o uso do computador no ensino de língua estrangeira:** contribuições para a formação de professores. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguagem) – Unicamp, São Paulo, 2001.

BRUNO, E. C. (Org.). **Ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras: reflexão e prática.** São Carlos-SP: Claraluz, 2005.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. **Imigrantes espanhóis na Paulicéia.** São Paulo: Edusp, 2010.

CARVALHO, Nelly. **Empréstimos Linguísticos.** São Paulo: Ática, 1988.

CRYSTAL, David, 1941. **A revolução da linguagem.** Tradução, Ricardo Quitana; consultoria, Yonne Leite. – Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2005.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. El Español en Brasil. In: SEDYCIAS, João (Org.). *O Ensino do Espanhol no Brasil: passado, presente, futuro.* São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 14-34.

GUELLI, Pablo López. Para Argentina, lei abre mercado no Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 18 Ago. 2005. Disponível em <<http://www.folha.com.br>>. Acesso em 27 jun. 2006.

KENEDY, Eduardo. **Manual da Lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO JR, Carlos. **Uma Concepção Sociocultural na Aquisição de uma Língua Estrangeira**. Disponível em: <[http://www.bomjesus.com.br/publicacoes/pdf/revista\\_PEC\\_2003/2003\\_concepcao\\_sociocultural\\_estrangeira.pdf](http://www.bomjesus.com.br/publicacoes/pdf/revista_PEC_2003/2003_concepcao_sociocultural_estrangeira.pdf)>. Acesso em: 13 de jan de 2011.

MACHADO, Rachel; CAMPOS, Ticiania R. de; SAUNDERS, Maria do Carmo. **História do Ensino de Línguas no Brasil: avanços e retrocessos**. Revista HELB, Ano1, nº. 1. Disponível em <<http://www.unb.br>>. Acesso em 20 jan. 2007.

MONTAÑEZ, Amanda Pérez. **A implantação do ensino da língua espanhola nas escolas da cidade de londrina e região: políticas públicas e educação bilíngue**. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a\\_implantacao\\_do\\_ensino\\_da\\_lingua\\_esp\\_anhola\\_nas\\_escolas\\_da\\_cidade\\_de\\_londrina\\_e\\_regiao\\_politicas\\_publicas\\_e\\_educacao\\_bilingue.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a_implantacao_do_ensino_da_lingua_esp_anhola_nas_escolas_da_cidade_de_londrina_e_regiao_politicas_publicas_e_educacao_bilingue.pdf)> - Acesso em: 06 de jun./2012.

MORAES, Gisele Benckde; BUCHWEINTZ, Ricardo Moura; SANTOS, Maria Elizabete Mariano dos. **A questão cultural no processo ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras**. Passo Fundo: UPF, 2003. 188p.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, Estado do Rio Grande do Sul, Departamento Pedagógico. **Padrão Referencial de Currículo: Língua Estrangeira Moderna - Ensino Fundamental**. Caderno 11. / Secretaria da Educação, Departamento Pedagógico. 1ª versão. Rio Grande do Sul: Governo do Estado, 1998.

SANTOS, H. S. O papel de estereótipos e preconceitos na aprendizagem de línguas estrangeiras. In: **Análises Del II Congresso Brasileiro de Hispanistas**, 2002, São Paulo-SP.